

## Atendimento psicossocial grupal a adolescentes que cometeram ofensa sexual

### Atención psicossocial en grupo a adolescentes que han cometido delito sexual

### Group psychosocial intervention with adolescents that have committed sexual offense

**Andrea Schettino Tavares**

*Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF/Brasil*

**ORCID:** 0000-0002-4582-0526

**E-mail:** andreaschettino9@gmail.com

**Liana Fortunato Costa**

*Universidade de Brasília (UnB), Brasília – DF/Brasil*

**ORCID:** 0000-0002-7473-1362

**E-mail:** lianaf@terra.com.br

#### Resumo

O objetivo deste texto é apresentar uma proposta de atendimento psicossocial grupal realizada com adolescentes que cometeram ofensa sexual e caracterizada por uma perspectiva de serem atendidos em família (Grupo Multifamiliar). Além da demanda por atendimentos a adolescentes de 12 a 15 anos que cometeram ofensa sexual, tem sido observada a inclusão da faixa etária de 16 a 18 anos. Estas duas faixas etárias, 12-15 e 16-18 anos, apresentam distintas características com relação às violências sofridas em suas curtas histórias de vida, bem como à gravidade das violências cometidas. A proposta desenvolvida foi composta por sete sessões de três horas cada, com temas pré-definidos que têm processamentos dirigidos aos participantes em função de suas idades: crianças, adolescentes e adultos. Cada sessão se organizou em três momentos: aquecimento, discussão do tema e conclusão. O método do atendimento incluiu atividades lúdicas e utilização de recursos psicodramáticos adaptados aos adolescentes das duas faixas etárias e aos familiares. O presente texto é descritivo e relata a proposta de atendimento realizada adaptada para o contexto de adolescentes nessas faixas etárias e seus familiares, a partir de uma pesquisa-ação mais ampla. Discutem-se as possibilidades da proposta, a partir das observações dos profissionais que realizaram atendimento grupal, em conjunto com as informações presentes na literatura sobre ofensa sexual cometida por adolescentes. Ressalta-se a necessidade de estudos futuros que aprofundem sobre o tema de adolescentes que cometeram ofensa sexual, considerando as especificidades dessas faixas etárias. Indicam-se ainda os limites da proposta e impasses em sua aplicabilidade.

**Palavras-chaves:** Ofensa sexual; Adolescência; Atendimento psicossocial.

#### Resumen

El objetivo de este texto es presentar una propuesta de atención psicossocial en grupo con adolescentes que han cometido delitos sexuales, con la perspectiva de intervención familiar (Grupo Multifamiliar). Además de la demanda de atención a adolescentes de 12 a 15 años que han cometido un delito sexual, se observa la inclusión del grupo etario de 16 a 18 años. Estos dos grupos de edad presentan características diferentes en relación a la violencia sufrida en sus cortas historias de vida, así como a la gravedad de la violencia cometida. La propuesta desarrollada estuvo compuesta por siete sesiones de tres horas cada una, con temáticas predefinidas que contaron con intervenciones dirigidas según su edad: niños, adolescentes y adultos. Cada sesión se organizó en: calentamiento, discusión del tema y conclusión. El método de intervención incluyó actividades lúdicas y recursos psicodramáticos

adaptados a ambos grupos de edad y sus familias. Este texto es descriptivo y presenta la intervención adaptada al contexto de los adolescentes de estos grupos etarios y sus familias, a partir de una investigación-acción más amplia. Se discuten las posibilidades de la propuesta, a partir de las observaciones de los profesionales que han conducido la intervención, junto con informaciones presentes en la literatura sobre delitos sexuales cometidos por adolescentes. Se destaca la necesidad de estudios futuros que profundicen en el tema de los adolescentes y jóvenes que cometieron delitos sexuales, considerando las especificidades de estos grupos etarios. También se señalan los límites de la propuesta y los desafíos en su aplicabilidad.

**Palabras clave:** Delito sexual; Adolescencia; Atención psicossocial.

### **Abstract**

This text presents a group psychosocial intervention proposal with adolescents that have committed sexual offenses and characterized by family intervention perspective (Multifamily Group). In addition to the demand for care for adolescents aged 12 to 15 years old that have committed a sexual offense, the inclusion of the age group from 16 to 18 years has been observed. These two age groups, 12-15 and 16-18, present different characteristics in relation to the violence suffered in their short life histories, as well as the severity of the violence committed. The proposal developed was made up of seven sessions of three hours each, with predefined themes that have targeted interventions for participants according to their age: children, adolescents and adults. Each session was organized into three moments: warm-up, discussion of the topic and conclusion. The intervention method included ludic activities and some

psychodramatic resources adapted to adolescents of both age groups and their families. This text is descriptive and reports an intervention adapted to the context of adolescents in these age groups and their families, based on broader action-research. The possibilities of the proposal are discussed, based on the observations of professionals that have conducted the intervention, together with information present in the literature about sexual offenses committed by adolescents. The need for future studies that deepen about the topic of adolescents and young adults that committed sexual offense is emphasized, considering the specificities of these age groups. The limits of the proposal and the challenges in its applicability are also indicated.

**Keywords:** Sexual offense; Adolescence; Psychosocial intervention.

### **Introdução**

O objetivo deste texto é apresentar uma proposta de atendimento psicossocial grupal realizada com adolescentes que cometeram ofensa sexual e caracterizada por uma perspectiva de ser em família, o Grupo Multifamiliar (GM). Optou-se por descrever esta proposta a partir do relato de uma experiência realizada, com o intuito de detalhar e ampliar a sua compreensão. Esta experiência vem sendo realizada em uma instituição pública da área de saúde localizada na região Centro-Oeste do Brasil. A abordagem familiar a este adolescente já foi justificada em nações que oferecem uma intervenção específica para esta problemática (Andolfi, 2018; Andolfi & Mascellani, 2014; Henggeler, Letourneau, Borduin, Schewe, & McCart, 2009; Marshall, 2018; McKillop, 2019; Webster, 2018), incluindo o país indicado (Costa, Penso, Santos, & Moura, 2020a; Costa, Ribeiro, Junqueira, Meneses, & Stroher, 2011; Said & Costa, 2019; Tavares & Montenegro, 2019). Este atendimento psicossocial foi adaptado para atender à demanda crescente de adolescentes de 16 e 17 anos e jovens de 18 anos, que cometeram ofensa sexual e são encaminhados à instituição para atendimento. Esta situação tornou-se mais frequente nos últimos anos e trouxe um desafio que é atender grupalmente adolescentes/jovens entre 12 e 18 anos. Até então, a ampla maioria dos

adolescentes atendidos se concentrava com idades entre 12 e 15 anos. Em uma dimensão maior, trata-se ainda de uma pesquisa-ação, em que há colaboração entre a instituição de saúde e uma instituição de ensino, ambas públicas. A pesquisa-ação é um método que permite a construção de conhecimento em conjunto com a execução da prática, sendo possível a reverberação sobre a organização social, oferecendo oportunidade para a construção de política pública (Barbier, 2002; Creswell & Creswell, 2021).

O período de desenvolvimento considerado como adolescência abrange dos 12 aos 17 anos, 11 meses e 29 dias de idade, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). Para o oferecimento de ações interventivas especializadas a estes adolescentes tem-se uma questão extremamente importante, e assinalada por vários autores, que é o indício de grandes diferenças no cuidado com adolescente que cometeu ofensa sexual por volta dos 12 anos e aquele com idade em torno dos 17 anos (Blackley & Bartels, 2018; Eastman, Craissati, & Shaw, 2019; Sandvik, Nettet, Berg, & Søndena, 2017). Estas diferenças dizem respeito ao sofrimento advindo de maior vitimização na história de vida dos adolescentes com mais idade em relação aos adolescentes mais novos, gerando diferenças de comportamentos que acabam por somar

condutas de ofensa de natureza sexual, com condutas de ofensa de natureza social (Alexander, McCallum, & Thompson, 2021; Blackley & Bartels, 2018; DeKeseredy, Schwartz, Nolan, Mastron & Hall-Sanchéz, 2019; Musicaro et al., 2017; Penso, Conceição, Costa, & Carreteiro, 2012; Pullman, Leroux, Motayne, & Seto, 2014; Tavares, Costa & Moreira, 2021). Em uma pesquisa no contexto brasileiro sobre processos judiciais de 253 adolescentes que cometeram ofensa sexual em uma capital, demonstrou-se que os adolescentes mais novos cometeram primordialmente ofensa sexual, enquanto os adolescentes mais velhos cometeram ofensas sexuais e outros tipos de atos infracionais (Bastos & Costa, 2020).

A ofensa sexual é compreendida como um comportamento complexo e multifatorial que pode gerar gratificação sexual ao autor da ofensa, em uma situação de desequilíbrio psicossocial e de poder entre o perpetrador e a vítima (Blackley & Bartels, 2018; Borges & Costa, 2023). No caso em que o autor da ofensa é um adolescente, torna-se uma questão ainda mais complexa devido a condição de desenvolvimento em que este adolescente se encontra – muitas vezes tendo sido uma vítima de ofensa sexual e/ou de outros tipos de violência, negligência e maus-tratos (Sterzing, Fisher, & Gartner, 2019; Stewart, Toohey & Lapshina, 2020; Yoder, Hodge, Ruch & Dillard, 2019). Também, devido às condições do contexto familiar e social, por exemplo com falta de diálogo e suporte dos cuidadores responsáveis, ausência de orientação e educação adequada à idade e presença de vulnerabilidades sociais (Andolfi & Mascellani, 2014; Borges & Costa, 2023; Bastos & Costa, 2020; Tavares, Setubal, Montenegro, Moreira, & Costa, 2020; Yoder et al., 2019). Compreende-se que a ofensa sexual é um tema interacional e complexo que tende a permanecer encoberto, sobretudo quando ocorre no âmbito intrafamiliar e, especialmente, se é cometido pelo adolescente, irmão, primo, tio ou parente próximo (Borges & Costa, 2020; Bastos, Eusébio, Pereira, Silva, & Costa, 2021; Debona, Teixeira, Lima, Neto,

& Gontijo, 2018). Assim, urge que se compreenda a ofensa como um circuito no qual o autor deva ser incluído no atendimento (Blackley & Bartels, 2018; Costa et al., 2020a; Kettrey & Lipsey, 2018; Seto, Babchishin, Pullman, & McPhail, 2015). O escopo deste texto é descrever uma forma de atendimento grupal, em contexto psicossocial, a adolescentes que cometeram ofensa sexual, considerando-se as peculiaridades presentes dentro desta fase do desenvolvimento, com relação à história de vida, ao ato cometido e comprometimento maior ou menor com outros atos infracionais.

### **Justificativa para a configuração da proposta**

Deve-se notar que as particularidades da ofensa sexual cometida por adolescentes mais novos (12 a 15 anos) se caracterizam de forma diferente de adolescentes mais velhos (16, 17 anos) e de jovens adultos (18 a 21 anos) (Eastman et al., 2019). Somado a isso, tem-se o fato de que os adolescentes são responsabilizados pelos seus atos infracionais de acordo com o ECA (Brasil, 1990), sendo designadas medidas de proteção e/ou medidas socioeducativas, e maiores de 18 anos são responsabilizados de acordo com o Código Penal (Brasil, 1940) (Costa, Junqueira Bastos, & Tavares, 2020b; Costa, Penso & Conceição, 2015). Outro complicador é que, muitas vezes o tempo entre cometer a ofensa e ser encaminhado para o atendimento é longo, sendo que a ofensa pode ter sido cometida enquanto o adolescente tinha, por exemplo, 15 anos, porém apenas chega em uma instituição de atendimento ou de responsabilização já com 18 anos (Marra & Costa, 2018). Este detalhe implica a necessidade de oferecimento de ações diferenciadas, envolvimento de diversas pessoas da família e profissionais, bem como uma forma de responsabilização que inclua os aspectos jurídico e psicossocial (Bastos & Costa, 2020; DeKeseredy et al., 2019; Tavares et al., 2020; Tavares et al., 2021). É importante destacar que atendimentos precoces são uma forma de prevenção que reduzem a probabilidade de novas ofensas sexuais

acontecerem (Blackley & Bartels, 2018; Domingues & Costa, 2016; McKillop, 2019) e ainda evitam que o ato se agrave, considerando que os atos sexuais ofensivos ocorrem de forma gradativa (Ryan & Otonichar, 2016; Worling & Langton, 2016).

A fim de contextualizar a adaptação do atendimento que será descrita ao longo do texto, primeiro será explicitado o protocolo de atendimento do GM que vem sendo oferecido na instituição de saúde. Em seguida, será apresentada a proposta de atendimento e perspectivas futuras.

### **GM com adolescentes que cometeram ofensa sexual**

O GM é um método de atendimento grupal, de natureza psicossocial que se coaduna com uma perspectiva de oferecimento de intervenção ao adolescente em família (Andolfi & Mascellani, 2014; Costa et al., 2015). O atendimento psicossocial se relaciona a sujeitos que estão com dificuldades nas relações com o contexto social, famílias com pendências de decisões judiciais, pessoas que são encaminhadas sob obrigação, como é o caso dos adolescentes que cometem ato infracional, e adequa-se aos modos de atenção no Sistema Único de Saúde (SUS) (Costa & Penso, 2010).

A concepção do GM visa a proteção de crianças e adolescentes em situação de ofensa sexual, possibilitando um espaço de conversação para se falar do sofrimento individual e familiar, refletindo sobre o ato ofensivo que ocorreu e os impactos nas relações (Costa et al., 2020a). Com relação ao modo de organização da sessão, a referência é o Sociodrama que tem como foco a atuação grupal, e a sessão é organizada em três momentos distintos como ocorre na abordagem do Psicodrama (Moreno & Moreno, 2014): aquecimento (integração), dramatização (discussão do tema) e o compartilhar (conclusão). Esta proposta permite que a dimensão lúdica seja preservada, ao mesmo tempo em que mantém um formato com organização básica e visível em todas as sessões. Isto facilita a compreensão do

processo interventivo por parte dos familiares, bem como ajuda os integrantes da equipe profissional a manter a atividade sob controle em seus objetivos. Importante assinalar: ainda que todas as famílias sejam convidadas a participarem das sessões, o número exato de participantes em cada sessão pode variar muito. Sendo assim, uma maior previsibilidade pode significar melhor andamento do processo.

O aquecimento ocorre com todos os integrantes de todas as famílias presentes, incentivando a integração dos participantes e apresentando o tema do dia. O maior objetivo desta etapa é construir a integração entre os familiares, e entre os familiares e a equipe profissional. Nesta etapa, todos os participantes estão reunidos no mesmo ambiente. Na *discussão do tema*, os participantes se dividem em subgrupos de acordo com a idade (crianças, adolescentes e adultos), com o objetivo de aprofundar o tema do dia a partir de conversações e reflexões, utilização de atividades lúdicas, objetos intermediários, jogos dramáticos e dramatizações. Esta subdivisão em grupos menores, conforme a proximidade etária, proporciona uma adaptação tanto temática, quanto lúdica às características das diferentes idades dos participantes. Após a tarefa desenvolvida nesta etapa, a finalização segue com a participação conjunta de todos. A conclusão oportuniza uma síntese do que foi refletido em cada subgrupo e possibilita consolidar e enfatizar o apoio e ajuda entre os membros das famílias. Esta etapa pode crescer ainda de um ritual de despedida cujo objetivo é formular um sentido de compromisso de apoio mútuo entre os integrantes de cada família (Costa et al., 2020a).

Neste ponto, faz-se importante apresentar alguns aspectos informativos sobre a base sociodramática do GM. Há uma diferença entre o método do Psicodrama, que pode ser individual ou bipessoal, e o Sociodrama no qual o protagonista da sessão é, basicamente, o grupo. As técnicas fundamentais do Psicodrama ou do Sociodrama são cinco: duplo, solilóquio, espelho, pré-

inversão e inversão de papéis. No GM, tais técnicas podem ser utilizadas como auxílio durante as intervenções realizadas, conforme o desenvolver das atividades e reflexões. O duplo consiste em que o ego-auxiliar (o terapeuta auxiliar) atue no papel do protagonista, conferindo fala a seu silêncio. O solilóquio consiste em um monólogo do protagonista no qual o diretor (terapeuta coordenador do grupo) convida-o a expressar o que se passa em seu mundo interior, ou seja, o que o protagonista está pensando e/ou sentindo naquele momento. O espelho consiste em fornecer ao protagonista uma visão de si mesmo em cena, com o auxílio de egos-auxiliares que se colocam no lugar do protagonista para que ele se observe “de fora” da cena. A pré-inversão de papéis consiste no exercício de o protagonista experimentar viver o papel de outra pessoa e a inversão consiste na troca completa de papéis, ou seja, o protagonista se coloca e age no lugar do outro enquanto o outro age em seu lugar (Conceição, Penso, Costa, Setubal & Wolff, 2018; Moreno, 1984).

O processo de atendimento grupal (GM) com adolescentes que cometeram ofensa sexual ocorre em sete sessões, com duração de três horas cada, sendo conduzido por uma equipe profissional composta por psicólogos, assistentes sociais, psiquiatra, estudantes de graduação e pós-graduação e residentes de cursos da área da saúde. As sessões são quinzenais e intercaladas com reuniões de discussão e supervisão de cada sessão. As sessões apresentam temáticas específicas, com planejamento prévio, cujos temas desenvolvidos são: Crianças e adolescentes precisam de proteção; A violência ocorre na transgeracionalidade; O desenvolvimento da sexualidade; A violência sexual é crime; O enriquecimento da autoestima; O projeto de namoro no futuro. Esses temas e o formato do GM com adolescentes foram desenvolvidos baseando-se em pesquisas, estudos de caso e experiência dos profissionais de diferentes áreas que atuam com crianças e adolescentes em situação de ofensa sexual (Costa et al., 2015; Tavares & Montenegro, 2019). A cada grupo, a equipe realiza uma avaliação sobre a

necessidade de adaptar o GM (tipos de atividades, aspectos do tema para aprofundar, foco maior em alguma questão, entre outros), de acordo com as particularidades observadas nos participantes que irão compor o grupo. Os adolescentes são encaminhados para a instituição de saúde de várias instituições: escolas, Conselho Tutelar (CT), Ministério Público (MP), Vara da Infância e Juventude (VIJ), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Centro Especializado em Assistência Social (CREAS), outras unidades de saúde, e também por demanda espontânea (Costa et al., 2015).

Os adolescentes e suas famílias cumprem um fluxo de atendimento que segue as seguintes etapas: 1) acolhimento e entrevistas psicossociais; 2) atendimento grupal familiar (GM); e 3) atendimentos pós-GM com contatos telefônicos e atendimentos presenciais conforme avaliação e indicação. A etapa do acolhimento é composta pelas entrevistas psicossociais com objetivo de saber o motivo do encaminhamento, compreender a acusação da ofensa cometida e coletar informações psicossociais e sociodemográficas sobre os adolescentes e suas famílias. Na primeira entrevista, na qual todos são convidados a comparecerem (adolescente e familiares), busca-se observar a interação familiar, a conjugalidade dos responsáveis pelo adolescente, o adolescente de forma individualizada e a vítima. A presença da vítima no processo do GM tem sua decisão baseada na não indicação jurídica de medida de afastamento do adolescente que cometeu a ofensa em relação à vítima (Costa et al., 2015). Após a realização das entrevistas de acolhimento de todos os adolescentes, realiza-se uma reunião para aplicação dos critérios de inclusão para participar do GM: ser adolescente do sexo masculino, ter entre 12 e 18 anos incompletos, estar com os vínculos familiares preservados e não estar cumprindo medida socioeducativa de internação, caso já tenha recebido alguma decisão judicial.

A etapa do atendimento grupal (GM) ocorre em seguida, com sessões previamente

agendadas. Após o término das sessões tem lugar a etapa dos atendimentos pós-GM, que se iniciam com uma reunião de discussão sobre a participação das famílias e adolescentes no processo grupal, a necessidade de aprofundamento de aspectos particularizados e novas observações sobre vulnerabilidades apresentadas nos aspectos pessoal, sexual, familiar ou social. Em função desta discussão, são agendados atendimentos com cada família para uma ação específica, ou encaminhamentos necessários.

Esta modalidade de atendimento tem sido realizada desde 2009 em uma instituição pública de saúde referência para este tipo de atendimento, sendo que até final de 2018, os adolescentes atendidos apresentavam-se, principalmente, com idades entre 12 a 15 anos (Borges & Costa, 2020; Costa et al., 2020b). A partir desta data, observou-se uma demanda para atendimento a adolescentes entre 16 e 18 anos, completos ou incompletos. Deste modo, foi pensada uma modificação no formato do GM que vinha sendo adotado, preservando o atendimento grupal com participação do adolescente e membros de sua família, e acomodando a diferença de idade que traz especificidades metodológicas. Com o intuito de oferecer um avanço na atenção e ação ao adolescente autor de ofensa sexual, apresenta-se a seguir o formato desta modificação.

### **GM com adolescentes em duas faixas etárias: 12-15 anos e 16-18 anos**

De modo geral o formato do GM manteve-se preservado, sendo que o principal ponto de mudança foi a divisão dos diferentes momentos das sessões a partir do critério das idades dos adolescentes. Isto porque ficou constatado que os momentos da discussão e do compartilhamento iriam apresentar dificuldades reflexivas para os adolescentes integrarem um único grupo e terem a oportunidade de participar igualmente. Em função da experiência de vida diferir bastante em relação à primeira e segunda metade do período da adolescência, e considerando-se a presença do cometimento de outros atos

infracionais, optou-se por seguir uma linha de orientação de Marshall (2018), autor referência no estudo, pesquisa e intervenção com adultos que cometeram ofensas sexuais. Este autor indica o atendimento grupal a indivíduos que cometeram ofensa sexual com uma preocupação de não subtratar e nem sobretratar. Isto quer dizer não oferecer estímulos que sejam demasiadamente agressivos para adolescentes na faixa de 12 a 15 anos (sobretratar) e nem estímulos menos potentes para a experiência de adolescentes com mais de 15 anos, com o risco de desinteressá-los (subtratar).

Por outro lado, junta-se a esta observação, a posição de Eastman et al. (2019) que defende um olhar mais atento ao cometimento de comportamentos violentos na segunda metade da adolescência, visto que este período pode estar acumulando a vivência de mais eventos adversos do que na metade anterior. Este autor indica que os adolescentes que cometeram ofensa sexual em fase de transição para a vida adulta representam uma área de pesquisa claramente negligenciada. A literatura geralmente conceitua agressores sexuais adolescentes e adultos como duas populações distintas, em vez da consideração que se trata de um continuum. É provável que estes adolescentes já tenham saído (ou estão saindo) de casa e da escola, procurando ganho financeiro, ficando com menos acesso a serviços legais, sendo menos influenciado pelos pares e potencialmente enfrentando a paternidade (Costa 2022).

Assim, foi mantida a organização do GM nos três momentos, sendo a principal modificação na divisão dos adolescentes por faixa etária. Os temas de cada sessão se mantiveram iguais com mudança no modo de abordagem dos temas conforme a diferença das idades dos adolescentes. A Tabela 1 apresenta o detalhamento das etapas do GM e a consequente divisão por idades dos adolescentes e seus responsáveis. Ressalta-se que alguns participantes ainda não haviam completado 12 anos quando foram encaminhados, porém foram incluídos no

subgrupo de adolescentes mais novos, considerando a importância da intervenção precoce e as medidas de proteção para crianças e adolescentes (Brasil, 1990; Costa et al., 2015; Costa et al., 2020b). Cabe acrescentar que os participantes jovens adultos foram incluídos no subgrupo de adolescentes mais velhos, pois cometeram a ofensa sexual antes de completarem 18 anos.

Tabela 1  
*Etapas de cada sessão do GM*

Aquecimento	Discussão	Conclusão
Todas as famílias	Subgrupo 1: crianças	Crianças + adolescentes entre 12-15 anos + responsáveis dos adolescentes entre 12-15 anos (subgrupos 1, 2 e 3)
	Subgrupo 2: adolescentes entre 12-15 anos	
	Subgrupo 3: responsáveis dos adolescentes entre 12-15 anos	
	Subgrupo 4: adolescentes entre 16-18 anos	Adolescentes entre 16-18 anos + responsáveis dos adolescentes entre 16-18 anos (subgrupos 4 e 5)
	Subgrupo 5: responsáveis dos adolescentes entre 16-18 anos	

Nota. Tabela elaborada pelas autoras.

## Método

Para a elaboração deste texto, optou-se pelo método descritivo, a partir do atendimento realizado em uma instituição de saúde no ano de 2019, com adolescentes que cometeram ofensa sexual e seus familiares, por meio de uma pesquisa-ação (Creswell & Creswell, 2021). Buscou-se apresentar um relato da experiência com base na tentativa de propor uma forma de atendimento que abarcasse as peculiaridades de adolescentes de 12 a 15 anos e, ao mesmo tempo, de adolescentes com 16 a 18 anos incompletos. Essa tentativa pioneira ocorreu devido ao momento em que chegaram, ao mesmo tempo, muitos adolescentes com idades variadas e em fases de desenvolvimento diferentes, com experiências diferentes. Avaliou-se que apenas utilizar o GM da forma como a instituição já vinha realizando, seria contrário aos achados da literatura, correndo-se o risco de subtratar os adolescentes mais velhos e sobretratar os mais novos, apresentando conteúdos que ainda não fazem parte do repertório de vida de alguns (Blackley & Bartels, 2018; Eastman et al., 2019; Marshall, 2018; Sandvik et al., 2017). A partir de um

período de estudo com base na literatura e em discussões realizadas em conjunto, a equipe de profissionais e pesquisadores elaborou a proposta de atendimento aqui apresentada. A principal medida foi a divisão dos adolescentes participantes do GM em subgrupos das faixas etárias já mencionadas, considerando a fase de desenvolvimento dos adolescentes. Após o atendimento grupal, a equipe avaliou o próprio trabalho e foram discutidas as vantagens e melhorias necessárias para continuidade da forma de atendimento adaptada que foi proposta. Essa avaliação ocorreu por meio dos relatos dos profissionais, das observações registradas das sessões e das discussões sobre o desenvolvimento das sessões com diferentes temas, com base nos conteúdos disponíveis na literatura.

## Participantes

O GM que ofereceu a oportunidade para esta adaptação teve a participação de 19 adolescentes, sendo que alguns compareceram em todas as sessões e outros apenas em algumas. Em cada sessão, compareceram entre 10 e 14 adolescentes e entre 12 e 19 familiares

– dentre mães, pais, tios(as), avós, avôs, irmãos(ãs), sobrinhos(as), primos(as), cunhadas, padrastos e outros cuidadores(as). Os adolescentes participantes compunham um grupo heterogêneo, com idades entre 10 e 18 anos. Os participantes com menos de 12 anos de idade (10 e 11 anos) foram alocados para integrar o subgrupo de 12 a 15 anos – e sua presença indica um provável problema a ser debatido futuramente, por se tratar de uma demanda nova: ofensa sexual cometida por crianças de 10 e 11 anos (Costa et al., 2020b).

Os participantes com 18 anos participaram do subgrupo dos adolescentes mais velhos (16-18 anos incompletos), pois cometeram a ofensa ainda com 17 anos. Todos frequentavam a escola, alguns no ano regular e outros com atraso significativo, com repetência em mais de um ano. Os adolescentes foram encaminhados para atendimento psicossocial por terem sido acusados de cometer ofensa sexual intrafamiliar contra crianças – irmãos(ãs), sobrinhos(as), primos(as).

O contexto familiar em que ocorreu a ofensa se configurou como um ambiente com ausência de supervisão parental, com adolescentes sozinhos em casa ou no quarto e assumindo o exercício das funções de cuidado com as crianças. A configuração familiar dos adolescentes era bem variada, em relação ao cuidador responsável: alguns residindo com ambos genitores, outros com a mãe, alguns com o pai, outros com a mãe e o padrasto, alguns com os avós, tia ou outros cuidadores. Em relação à responsabilização por parte do sistema judiciário, alguns adolescentes receberam apenas medidas de proteção (como encaminhamento para atendimento psicossocial), outras medidas socioeducativas, incluindo Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade e alguns ainda estavam sem atribuição de medida, com o processo em andamento.

### Cuidados éticos

Este estudo compõe uma pesquisa-ação de maior âmbito que foi encaminhada via Plataforma Brasil ao Comitê de Ética e

Pesquisa em Seres Humanos, com parecer favorável nº 2.054.880, em maio de 2017, e ainda com uma emenda aprovada conforme parecer nº 3.245.222, em abril de 2019.

### Resultados: ações de cada sessão do GM

A descrição das atividades realizadas em cada momento da sessão se refere à experiência de aplicação do GM no primeiro semestre de 2019. Todas as sessões foram registradas e utilizou-se esse registro documental para a descrição a seguir.

O tema desenvolvido na *sessão 1* foi: Crianças e adolescentes precisam de proteção. Estavam presentes 14 adolescentes e 18 familiares (totalizando 32 participantes).

Aquecimento – Foram realizadas três atividades: a. “Cordão de notícias”: cada participante se apresentou de acordo com a instrução fornecida pela equipe (dizer nome, idade, onde morava e o que gostava de fazer). Esta atividade de apresentação ocorreu durante as sete sessões, com modificação na orientação inicial; b. “Gato e rato”: os participantes formaram uma roda que representava uma barreira de proteção. No centro, havia um participante representando o rato e do lado de fora outro participante representando o gato, cujo objetivo era passar pela barreira para alcançar o rato. Após essa atividade, conversou-se sobre as situações que aconteceram e seus significados; c. “Escultura Familiar”: todas as famílias realizaram a Escultura, sendo uma família de cada vez. Cada adolescente foi convidado a montar uma imagem que representasse uma foto da família, sendo que poderia colocar os próprios familiares que estavam presentes no grupo, ou utilizar outras pessoas para representar quem ele gostaria que fizessem parte da foto. Após a finalização da Escultura do adolescente, perguntou-se aos responsáveis se gostariam de alterar algo na imagem, e quando havia modificação, uma nova Escultura era realizada.

Discussão – Dividiu-se as famílias em subgrupos. No subgrupo 1, foi realizada uma atividade de colagem com imagens que

representavam as dimensões de proteção e desproteção. No subgrupo 2: a. Conversa e reflexão sobre o tema da proteção; b. Confecção de cartaz com imagens que representassem proteção e desproteção; c. Elaboração de estratégias para pedir ajuda e proteção; d. Elaboração de uma frase que ressaltasse o aspecto da proteção. No subgrupo 4: a. Espaço de escuta: “em que precisam de ajuda?”; b. Colagem de figuras que representassem situações em que precisam de ajuda; c. Elaboração de uma carta com os pedidos de ajuda. No subgrupo 3: a. Reflexão sobre proteger os filhos; cuidar e punir?; b. “Guarda-chuva da proteção”: quem pode oferecer proteção às crianças e aos adolescentes? Como os pais podem buscar ajuda para protegê-los?; c. Elaboração de uma carta aos filhos, expressando o aspecto da proteção. No subgrupo 5: a. Foi desenhado o contorno do corpo do adolescente em papel, escreveram sentimentos em relação à acusação e também colocaram sentimentos considerados bons em relação aos filhos; b. Reflexão: “o filho de 18 anos ainda precisa de ajuda e proteção”.

Conclusão – Aconteceu em dois subgrupos distintos e cada subgrupo apresentou o produto da discussão ocorrida anteriormente. Subgrupos 1, 2 e 3: crianças apresentaram os cartazes, os adolescentes leram a frase elaborada e os adultos leram a carta e colocaram um coração com o nome do filho no peito. Posteriormente, foram feitas duas rodas: uma de adultos por fora e uma de crianças e adolescente por dentro, ressaltando a importância da proteção dos responsáveis com os filhos. Subgrupos 4 e 5: Adolescentes leram a carta e os adultos escreveram o nome do filho no coração e colocaram no peito.

Durante a *sessão 2 (A violência ocorre na transgeracionalidade)*, estavam presentes 13 adolescentes e 18 familiares (total de 31 participantes).

Aquecimento – a. “Cordão de notícias”: cada participante mencionou um ditado ou frase frequente em sua família; b. Os participantes representaram um trem (metáfora

para família) e discutiu-se sobre: “quem é a locomotiva? Quem move a família? Há quantos vagões? O que representa cada vagão?”.

Discussão – Cada família realizou a confecção do Genograma com o auxílio dos profissionais; não houve divisão em subgrupos.

Conclusão – Cada família deveria pensar em casa sobre “o que aprendeu com o sofrimento?” e relatar na sessão seguinte.

Na *sessão 3*, continuou-se com o tema da transgeracionalidade. Estavam presentes 10 adolescentes e 19 familiares (total de 29 participantes).

Aquecimento – a. “Cordão de notícias”: o que aprenderam com a atividade do trem (referente à sessão anterior)?; b. A equipe solicitou que cada participante escolhesse um objeto que representasse a locomoção do trem (família) e explicasse porque aquele objeto movia o trem.

Discussão – Dividiu-se em dois grupos: subgrupos 1, 2 e 3; subgrupos 4 e 5. Atividades em cada grupo: a. Retomou-se a atividade de casa: cada membro da família relatou sobre o que aprendeu com o sofrimento da família; b. Apresentação dos Genogramas de cada família, indicando os sofrimentos e os aprendizados subsequentes.

Conclusão – Cada responsável desejou algo positivo para os filhos.

O tema da *sessão 4* foi: O desenvolvimento da sexualidade. Estavam presentes 10 adolescentes e 14 familiares (total de 24 participantes).

Aquecimento – a. “Cordão de notícias”: cada um relatou “o que tem vontade de fazer, mas nem sempre pode e o motivo de ter que esperar”; b. “Caça ao tesouro”: os participantes deveriam procurar em família os objetos escondidos pela equipe, e após conversou-se sobre a atividade; c. Havia quatro caixas de tamanhos distintos: para criança, adolescentes

(11-15 anos e 16-18 anos) e adultos; cada participante foi até sua caixa e leu a frase que havia dentro. Caixa das crianças: “Eu tenho o meu corpo e estou conhecendo as partes do meu corpo”. Caixa dos adolescentes (11-15 anos): “O meu corpo está mudando, a sexualidade está despertando e eu tenho muitas dúvidas”. Caixa dos adolescentes (16-18 anos): “O meu corpo mudou, a sexualidade já despertou e ainda tenho dúvidas”. Caixa dos adultos: “Eu tenho o meu corpo, vivo a minha sexualidade, tenho algumas dúvidas e preciso orientar as minhas crianças e adolescentes.”

Discussão – Subgrupo 1: a. Desenhou-se o contorno do corpo sinalizando as partes íntimas; b. Diferenciou-se toque “bom” e toque “ruim”, e onde não pode tocar; c. Elaboraram-se estratégias sobre o que fazer quando alguém tocar no seu corpo. Subgrupo 2: a. A partir de imagens de revistas relacionadas à sexualidade, cada adolescente escolheu algumas e explicou o motivo da escolha; b. Conversou-se sobre sexualidade, dúvidas, sentimentos, desejos; c. “Batata quente”: adolescentes escreveram dúvidas sobre sexualidade que foram colocadas em uma caixa, já com outras perguntas elaboradas pela equipe; colocou-se uma música para tocar, enquanto a caixa circulava entre os adolescentes e quando a música parava, o adolescente sorteava uma pergunta e discutia-se em grupo. Subgrupo 4: a. A frase lida: “todos os adolescentes sentem vontade de transar”; conversou-se sobre “o que pensam ao ler isso?” b. Adolescentes fizeram perguntas sobre sexualidade e conversaram sobre o assunto. Subgrupos 3 e 5: atividades realizadas em subgrupos separados – a. “Caixa da sexualidade”: deveriam encontrar a chave correta para abrir a caixa que estava trancada com cadeado; “qual é a chave que abre o cadeado (para falar de sexualidade)? Pode falar de sexualidade? O que facilita a conversa sobre sexualidade?”; b. Discutiu-se sobre como conversar sobre sexualidade com os filhos.

Conclusão – Realizada em dois subgrupos (subgrupos 1, 2 e 3; subgrupos 4 e 5). Cada subgrupo apresentou o produto de acordo com o que foi discutido e depois cada

participante relatou o que aprendeu sobre sexualidade.

A *sessão 5* foi sobre: A violência sexual é crime. Estavam presentes 10 adolescentes e 12 familiares (total de 22 participantes).

Aquecimento – a. Iniciou-se com alongamento corporal; b. “Cordão de notícias”: relataram algo que consideravam que fizeram correto e algo errado.

Discussão – Foi convidado um profissional da área do Direito e do Sistema Socioeducativo para falar sobre o estupro (ofensa sexual), as medidas de responsabilização e as medidas de proteção. O convidado iniciou apresentando a definição de estupro e explicando sua caracterização como ato infracional análogo ao crime. Todos os participantes estavam presentes neste início. Logo depois, as crianças saíram para realizar outras atividades no subgrupo. O convidado continuou a fala, para os adolescentes e adultos, exemplificando sobre a responsabilização e medidas socioeducativas, e depois, em especial, o significado da responsabilização para maiores de 18 anos, com o subgrupo 4. No subgrupo 1, foram realizadas as seguintes atividades: a. Leitura e teatro da história da Chapeuzinho Vermelho e “brincadeira do lobo”: o que pode ou não fazer; quem pode ou não tocar no corpo; b. Elaboraram-se falas de proteção, “para quem pedir ajuda?”. Nos subgrupos 2 e 4: Conversou-se sobre como se sentiram durante a fala do convidado, se tinham dúvidas; “Como se sentiram na época que a ‘bomba’ (acusação de ofensa sexual) explodiu? O que gostariam de fazer com esse sentimento?”. Subgrupos 3 e 5: Elaborou-se um termo de compromisso de reconstituição da vinculação afetiva e da proteção para os adolescentes e do fortalecimento da proteção às crianças.

Conclusão – Todos reunidos, cada subgrupo apresentou sua produção. Após, formou-se uma roda com todos do grupo e, em conjunto, criaram uma frase que representasse o aprendizado construído no dia.

Desenvolveu-se na sessão 6 a temática: O enriquecimento da autoestima. Estavam presentes 11 adolescentes e 16 familiares (total de 27 participantes).

Aquecimento – a. Conversa sobre: “Qual reflexão ficou da sessão passada?”; b. “Cordão de notícias”: falar três características positivas sobre si mesmo.

Discussão – Subgrupo 1: a. Utilização do “baralho das emoções” para auxiliar a identificação das emoções e sentimentos por meio das imagens; b. Reflexão de como sentem, com quem conversam, como reagem, como lidam com os sentimentos; c. Leitura dos livros dos sentimentos (“quando me sinto...feliz, raiva, tristeza, medo”); d. Por meio de “balões de pensamento” e colagem, identificaram pensamentos “bons” que poderiam ajudar quando o pensamento “ruim” vier; e. Decidiram em conjunto o que iriam fazer com os pensamentos ruins; f. Mímica: uma criança foi incentivada a representar, em mímica, um sentimento e as demais tentaram adivinhar; g. “Carteirinha da proteção”: foi elaborada uma carteirinha de proteção para cada criança com telefones importantes dos serviços da rede de saúde e atenção e de familiares escolhidos pelas crianças.

Subgrupos 3 e 4: a. “Caixa preta (avião)”: foi apresentada uma caixa preta com a frase “O segredo veio à tona”. Conversou-se sobre “Como eu (adolescente) me senti?”. Dentro da caixa foram colocados os sentimentos que surgiram quando houve a acusação e conversou-se sobre esses sentimentos. Refletiu-se sobre o que fazer com esses sentimentos. “Como se sentiram na época? Como se sentem agora? Com quem conversam sobre o que sentem e como reagem? O que/quem pode ajudar?”; b. A partir dos sentimentos relatados, utilizou-se concretamente um filtro de papel e uma esponja para realizar uma metáfora com a autoestima; “Qual a função do filtro e da esponja? Como filtrar os sentimentos ruins? Como melhorar a autoestima?”. Colaram no filtro e na esponja papéis com os sentimentos para apresentação no grupo.

Subgrupos 3 e 5: a. Com o recurso lúdico de uma bomba feita de isopor (metáfora para a “bomba” da revelação da ofensa cometida) foi feita uma reflexão sobre como estão enfrentando as situações após a revelação da ofensa sexual cometida pelos filhos e o impacto nas relações familiares. Questionou-se sobre como os adolescentes estão se sentindo e como têm sido a expressão dos sentimentos (“É permitida a escuta dos sentimentos dos adolescentes? Como lidar com essa raiva?”); b. Relacionaram-se os sentimentos e ações com a autoestima, por meio da atividade do “filtro e da esponja”. Os responsáveis foram levados a identificar o que eles próprios sentem para poder compreender os sentimentos e necessidades dos filhos e ajudá-los nessa autopercepção; “Como vocês imaginam que está a autoestima dos filhos? Como podemos fortalecer a autoestima deles?” c. “Ímã da autoestima”: Cada responsável escreveu em um pedaço de papel uma frase que valorizasse a si mesmo e outra frase de reconhecimento de cada filho. As frases foram coladas em um ímã e os participantes foram instruídos a colocar a primeira frase em um local que pudesse ser visto todos os dias e a entregar a segunda frase aos filhos.

Conclusão – Ocorreu em dois grupos: subgrupos 1, 2 e 3; subgrupos 4 e 5. Cada subgrupo realizou sua apresentação sobre o tema. Posteriormente, cada participante leu o que estava dentro de uma “caixa com espelho” – “Olhe para a pessoa mais importante do mundo (...) e diga algo de positivo que ela precisa ouvir hoje”.

O projeto de namoro no futuro foi o tema da sessão 7. Estavam presentes 10 adolescentes e 19 familiares (total de 29 participantes).

Aquecimento – a. “Faça assim”: cada participante escolhia um movimento e os outros repetiam; b. Cada participante olhou o que havia dentro da caixa e depois foi conversado sobre a frase que estava dentro “E o seu futuro?”.

**Discussão** – Não houve divisão em subgrupos. Havia uma linha no chão com marcos de tempo (após 15 dias, 2 meses, 4 meses e 6 meses), o início da linha representava o tempo atual e o fim da linha representava o tempo após seis meses. As atividades foram realizadas com uma família de cada vez, e as outras famílias ficavam observando. Questionamentos conduzidos pelos profissionais: “Como você imagina a vida da família daqui a 15 dias, quando não estarão mais nesse grupo?”; “Quais são os projetos de namoro?”; “O que precisa fazer para conseguir isso?”; “Você acha que seu filho é capaz?”; “Você acha que seu pai/mãe é capaz de te apoiar nesta caminhada?”; “De que forma você acha que ele(a) poderia te ajudar?”; “Agora que passaram seis meses, fale em uma palavra do que essa família já possui para seguir em diante e para se apoiar frente às adversidades da vida”. Cada membro da família foi incentivado a participar e refletir sobre as perguntas.

**Conclusão** – As produções de cada sessão foram entregues a cada adolescente (fotos, cartas, termos de compromisso), além de um certificado sobre a conclusão do grupo. Cada adolescente foi chamado pelo nome e aplaudido, representando uma “formatura” pela participação no grupo.

### **Discussão: compreensão do processo grupal**

As atividades escolhidas para a realização das sessões foram planejadas, a fim de possibilitar o desenvolvimento da comunicação entre os participantes sobre a temática da ofensa sexual, considerando as particularidades dos adolescentes. Compreende-se que, para o ciclo da ofensa sexual ser interrompido, todos os envolvidos devem ser considerados e atendidos, e no caso da ofensa sexual intrafamiliar: a vítima, o adolescente e os familiares. O adolescente deve ser responsabilizado pelo ato cometido e os familiares devem ser envolvidos nesta responsabilização, a partir da importância sobre a qualidade das relações e da comunicação existente na família (Andolfi & Mascellani, 2014; Costa, Junqueira, Meneses & Ströher,

2013; Eastman, et al., 2019; Minuchin, Nichols, & Lee, 2009).

Considerando a complexidade da ofensa sexual e todo o sofrimento envolvido nesses casos, adota-se a utilização de recursos lúdicos na realização das atividades, a fim de possibilitar e potencializar a participação e o diálogo entre os participantes do grupo, entre os membros da família e a equipe de profissionais. Além disso, constitui-se em um relaxamento do campo de ação, facilitando as relações de empatia e acolhimento. Nos atendimentos de autores de violência, é importante a ausência de um clima de confrontação e de julgamento moral (Hollander & Craig, 2013; Webster, 2018; Wolff, Oliveira, Marra & Costa, 2016). Nesse sentido, Marshall (2018) ressalta como é essencial que o profissional tenha empatia com esse público, a fim de construir uma relação terapêutica consistente e efetiva. Cabe acrescentar que as intervenções realizadas com os recursos psicodramáticos se caracterizam por apresentarem ações espontâneas e pela presença de flexibilidade. Podem ocorrer mudanças e avanços reflexivos durante as sessões, que se complementam ao planejamento inicial, mantendo-se fiel aos objetivos da discussão do tema, aprofundando as novas questões que surgem (Costa et al., 2020a; Hollander & Craig, 2013).

A Escultura Familiar (Andolfi, 1981) e o Genograma (Mcgoldrick, Gerson & Petry, 2012) são técnicas que permitem observar concretamente, e de forma lúdica, como se constituem as relações familiares na perspectiva de cada membro da família e transgeracionalmente (Minuchin et al., 2009). A Escultura Familiar consiste em convidar a família (todos os membros) a se posicionarem como se fossem “fazer uma foto”. A pose escolhida pela família informa sobre: a organização das interações familiares de modo não verbal; a dinâmica familiar; as aproximações afetivas (alianças); as posições corporais (toques e gestos corporais) revelam preferências e/ou rejeições; o lugar do adolescente com centralidade ou periferia em relação ao conjunto do grupo; a inclusão ou

exclusão de membros da família. Estes são alguns dos aspectos que esta técnica pode fornecer e que enriquecem sobremaneira as observações já registradas pelos profissionais nos contatos anteriores do processo de atendimento.

A perspectiva transgeracional (Andolfi & Mascellani, 2014) tem sua aplicação no GM por meio do uso do Genograma (Mcgoldrick et al., 2012), que é uma ferramenta bastante útil para situar a história de vida familiar, o surgimento de situações de vitimização e/ou perpetração de violências, inclusive a sexual. A utilização desta ferramenta foi feita nas sessões 2 e 3 que versou sobre “A violência ocorre na transgeracionalidade”. Buscou-se compreender: como o sofrimento surgiu em cada família, em cada geração; se foi apenas na ofensa sexual atual do adolescente; como os membros lidaram com esse sofrimento; se as pessoas receberam ajuda de alguém. A construção do Genograma com cada família permite que os familiares descubram histórias ainda não reveladas, compreendam melhor determinados comportamentos adotados ao longo do tempo e possam estabelecer um olhar crítico sobre padrões de relações violentas e abusivas. É preciso informar que a Escultura Familiar e o Genograma foram fotografados em meio eletrônico (celular), permitindo que familiares, que não estavam presentes, tivessem contato com o material desenvolvido nas sessões. Ambas as técnicas, oferecem subsídios para o acesso aos conflitos familiares, evidenciando rupturas de relações, nas quais os vínculos indicam estarem enfraquecidos – o que pode interferir na construção do pertencimento (Borges & Costa, 2023).

A participação da família é importante, pois entende-se que a ofensa sexual ocorre conforme um circuito, que envolve familiares mais próximos, parentes e pessoas com contato direto com o adolescente e a vítima. Nesta direção, o adolescente que se encontra em um período de maior dependência de adultos cuidadores, participa mais ativamente dos atendimentos quando há o apoio e presença de sua família, e além disso, há maiores chances

de mudanças (Costa et al., 2020a; Worling & Langton, 2016).

Os adolescentes verbalizaram seus pedidos de ajuda por meio das atividades lúdicas e apresentações grupais, destacando-se a diferença de etapa de desenvolvimento de adolescente de 12 anos ou de um adolescente de 17 anos, ou de uma criança (Diniz, Brito, Rondon & Gumeri, 2017; Eastman et al., 2019). Assim, os responsáveis foram compreendendo que era importante cuidar de cada filho conforme as necessidades de cada um. E, principalmente, que os adolescentes (ainda que tenham ofendido sexualmente um irmão ou um parente) ainda são seus filhos sob sua responsabilidade, necessitam da autoridade dos responsáveis (Andolfi & Mascellani, 2014). Os adolescentes mais velhos têm maior possibilidade de negociação nas decisões, com predominância de autonomia e separação/interdependência (Andolfi & Mascellani, 2014). Com os adolescentes mais novos, ainda há maior dependência dos pais, com alternância entre o desenvolvimento da autonomia, identidade e pertencimento. A vantagem da organização dos subgrupos foi proporcionar uma melhor adequação do conteúdo a ser discutido conforme as fases de desenvolvimento dos adolescentes.

Outro aspecto importante ocorreu na sessão 5 sobre “A violência sexual é um crime”, ao se convidar um profissional da área da Justiça, trazendo uma provocação sobre a credibilidade e gravidade do ato cometido. “Não foi só uma brincadeira”: esta é a mensagem a ser veiculada. Muitas famílias (e ainda muitos profissionais) acreditam que certos atos violentos podem ser considerados jogos sexuais/“brincadeiras”. É importante apontar que há diferença entre um ato que traz como consequência impactos prejudiciais e sofrimento e uma brincadeira. E ainda, quando as devidas medidas não são tomadas, a vítima fica desamparada – aumentando sua suscetibilidade a outras situações de violência e desproteção. A violência sexual cometida por adolescente tem condição análoga ao crime (Costa et al., 2015; Diniz et al., 2017).

Estudos mostram que a intervenção precoce é essencial para interromper o cometimento da ofensa sexual e sua continuidade (Domingues & Costa, 2016; McKillop, 2019; Tavares & Montenegro, 2019; Worling & Langton, 2016). A proposta de atendimento aqui apresentada tem base no apontamento da diferença a ser considerada mesmo que dentro da faixa da adolescência, considerando a etapa de ingresso nesta fase do desenvolvimento e uma fase posterior já próxima da concepção de jovem adulto. Note-se a importância da legislação que ordena este período, da adolescência à jovem adultez: responsabilização pelo ECA (Brasil, 1990) ou pelo regime penal (Brasil, 1940). O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual (Brasil, 2013) indica o atendimento ao autor de violência sexual, mas ainda faltam estratégias e diretrizes específicas para os profissionais que lidam com os adolescentes que cometeram ofensa sexual. Espera-se que a presente proposta possa oferecer subsídios metodológicos para proposição de outros modos de atuar e encorajar experimentações possíveis.

### **O desafio da proposta metodológica: atendimento psicossocial grupal como um avanço na atenção ao adolescente**

O alcance da proposta foi ousar e estruturar uma possibilidade de atendimento psicossocial para adolescentes que cometeram ofensa sexual – que considerasse seus contextos – em um formato grupal reunindo adolescentes em início e final da adolescência. Dois aspectos devem ser valorizados: a visão do problema e a proposição de modo de atuar. Não se tem conhecimento sobre outra experiência, no Brasil, semelhante à já descrita (Costa et al., 2020b). Desse modo, ainda não se pode refletir sobre esta experiência em relação a outras.

Com a proposta apresentada, buscou-se o enfrentamento do desafio de primeiramente contribuir com a produção de conhecimento sobre o tema do adolescente que cometeu ofensa sexual (considerando toda a faixa etária

que compõe a adolescência). Este é um tema pouco aprofundado, mesmo em estudos internacionais, e que necessita de mais pesquisas sobre adolescentes que cometeram ofensa sexual, de forma contextualizada, considerando as particularidades de cada situação e sua complexidade. Em segundo lugar, contribuir em relação à proposição metodológica que reúne atendimento a estes adolescentes e a suas famílias, considerando, entre outros, o contexto dos participantes, a faixa de desenvolvimento em que se encontram, a complexidade do ato violento cometido, as relações interpessoais e a importância do diálogo, as atividades lúdicas, os saberes e as trocas multiprofissionais – indicando uma direção dos estudos mais recentes (Eastman et al., 2019; Hollander & Craig, 2013; Sandvik et al., 2017).

Cabe acrescentar que o atendimento realizado possibilitou novas frentes de pesquisas, mais profissionais interessados em estudar sobre a temática do desenvolvimento da adolescência e de jovens adultos e reflexões e planejamentos para futuras intervenções. Observou-se ainda um caminho para a construção de contribuições acadêmicas, científicas, teóricas e metodológicas, com foco no desenvolvimento de uma atenção especializada, adequada e de qualidade ao público atendido, por meio de pesquisas e estudos, capacitação e atualização profissional e desenvolvimento da prática de atendimento. Alguns estudos já vêm sendo desenvolvidos nesse sentido (Silva et al., 2021; Tavares et al., 2021; Tavares et al., 2020), entretanto ainda existe um contexto nacional carente de outras iniciativas em pesquisas e ações. Espera-se que este texto possa chamar atenção de pesquisadores e profissionais de diferentes saberes para desenvolverem outras propostas referentes às especificidades destas faixas etárias. Em especial, os adolescentes que cometem ofensa sexual necessitam de avanços metodológicos que possam ser traduzidos em atenção especializada.

### Limites da proposta

Consideram-se como limites da proposta as dificuldades em se oferecer formação teórica e preparo técnico para a equipe de atendimento, a necessidade de espaço físico que permita uma organização em divisão de grupos e subgrupos, a reunião de cerca de dez profissionais para um mesmo atendimento grupal e o comparecimento de 40 a 50 pessoas (clientela e equipe profissional) por sessão. Observou-se a necessidade de preparo com leituras, formação específica, treinamento e supervisão continuada aos profissionais referentes ao tema da ofensa sexual, conhecimento do desenvolvimento na

adolescência, relações familiares e manejo de grupo terapêutico. Sem atenção prévia a estes aspectos, arrisca-se a não se obter uma unidade de pensar e agir em relação à ação do atendimento.

Um canal de comunicação entre as áreas da saúde, do serviço social e da justiça é urgente para o trabalho com esses adolescentes e jovens adultos. O reconhecimento desta interface pode ampliar as condições exitosas para se promoverem políticas públicas de atendimento, proteção e responsabilização considerando as particularidades do desenvolvimento dos adolescentes dessas faixas etárias.

### Referências

- Alexander, A. A., McCallum, K. E., & Thompson, K. R. (2021). Poly-victimization among adolescents adjudicated for illegal sexual behavior: A latent class analysis. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 30*(3), 347-367. <https://doi.org/10.1080/10926771.2020.1774692>
- Andolfi, M. (1981). *A Terapia Familiar*. Vega.
- Andolfi, M. (2018). *A terapia familiar multigeracional. Instrumentos e recursos do terapeuta*. Artesã Editora.
- Andolfi, M., & Mascellani, A. (2014). *Historias de la adolescência*. Gedisa.
- Barbier, R. (2002). *A pesquisa-ação*. Liber Livro.
- Bastos, K. R. P., & Costa, L. F. (2020). O adolescente autor de ofensa sexual: da denúncia à responsabilização jurídica. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia, 11*(2), 76-97. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/76/27987>
- Bastos, K. R. P., Eusébio, A. M. L., Pereira, K. N. D. A., Silva, T. O. S. D., & Costa, L. F. (2021). Características dos adolescentes ofensores sexuais e de suas vítimas: um estudo de processos judiciais. *Saúde e Sociedade, 30*(1), 1-13. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021181112>
- Blackley, R., & Bartels, L. (2018). Sentencing and treatment of juvenile sex offenders in Australia. Australian Institute of Criminology. *Trends & issues in crime and criminal justice, (555)*, 1-15. <https://ssrn.com/abstract=3340975>
- Borges, M. M. & Costa, L. F. (2023). Transgeracionalidade de adolescentes que praticaram ofensa sexual: Estrutura Familiar, Lealdade, Delegação. *Nova Perspectiva Sistêmica, 32*(75), 74-90. <https://www.doi.org/10.38034/nps.v32i75.689>
- Borges, M. M., & Costa, L. F. (2020). Adolescentes ofensores sexuais atendidos em uma instituição de saúde do Centro-Oeste do Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 72*(1), 140-158.

<http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2020v72i2p.140-158>

Brasil. (1940). *Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal Brasileiro.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)

Brasil. (1990). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)

Brasil. (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*.

[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/Fi le/publi/sedh/08\\_2013\\_pnevsca.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/Fi le/publi/sedh/08_2013_pnevsca.pdf)

Conceição, M. I. G., Penso, M. A., Costa, L. F., Setubal, C. B., & Wolff, L. S. (2018). O psicodrama na intervenção psicossocial com adulto autor de violência sexual. In: Habigzang, L. F., Gomide, P. I. C. & Rocha, G. M. (Eds.), *Psicologia Forense. Temas e Práticas* (pp.89-110). Juruá.

Costa, L. F., & Penso, M. A. (2010). O grupo multifamiliar nas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em C. Ladvocat (Org.), *Psicologia: campo de atuação, teoria e prática*. São Paulo: Book Link.

Costa, L. F., Junqueira, E. L., Bastos, K. R. P., & Tavares, A. S. (2020b). O que fazer? Ofensa sexual cometida por pré-adolescentes e adolescentes dos gêneros masculino e feminino. In: Amparo, D., Lazzarini, E. R., Brasil, K. C. T. & Arouca, R. (Eds). *Adolescência. Psicoterapia e mediação terapêutica na clínica dos extremos* (pp. 339-355). Technopolitik

Costa, L. F., Junqueira, E. L., Meneses, F. F., & Ströher, L. M. C. (2013). As relações familiares do adolescente ofensor sexual. *Psico-USF*, 18(1), 33-44.  
<https://doi.org/10.1590/S1413-82712013000100005>

Costa, L. F., Penso, M. A., & Conceição, M. I. G. (2015). *Manual de Grupos Multifamiliares*. Central de Produções Gráficas e Editora.

Costa, L. F., Penso, M. A., Santos, S. R. M. L. B., & Moura, M. G. (2020a). Atuação sistêmica na comunidade: O grupo multifamiliar no contexto do adolescente que cometeu ofensa sexual. In J. A. A. Mendes & J. B. N. F. Bucher-Maluschke (Eds.), *Perspectiva sistêmica e práticas em psicologia: temas e campos de atuação* (pp. 207-224). Editora CRV.

Costa, Liana F. (2022, maio, 28). *Possibilidades de intervenção frente às violências: um enfoque sistêmico para a ação psicossocial com a família, a vítima e o ofensor*. [Arquivo PowerPoint de apoio à apresentação de disciplina em curso online de Estudos Avançados em Práticas Sistêmicas, Aprender Vivo].

Costa, Ribeiro, Junqueira, Meneses, & Ströher (2011). Grupo multifamiliar com adolescentes ofensores sexuais. *Psico*, 42(4), 450-456.

[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt=BR&as\\_sdt=0%2C5&q=Grupo+multifamiliar+com+adolescentes+ofensores+sexuais.+Psico%2C+42%284%29%2C+450-456&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt=BR&as_sdt=0%2C5&q=Grupo+multifamiliar+com+adolescentes+ofensores+sexuais.+Psico%2C+42%284%29%2C+450-456&btnG=)

Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2021). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Penso Editora.

Debona, T. L., Teixeira, A. N., Lima, D. J. M., Neto, M. L., & Gontijo, R. C. (2018). O outro lado da história: Um olhar sistêmico sobre os ofensores sexuais intrafamiliares. *Revista Interdisciplinar Pensamento Científico*, 4(3), 130–138.  
<http://dx.doi.org/10.20951/2446-6778/v4n3a13>

DeKeseredy, W. S., Schwartz, M. D., Nolan, J., Mastron, N., & Hall-Sánchez, A. (2019). Polyvictimization and the Continuum of

- Sexual Abuse at a College Campus: Does Negative Peers Support Increase Likelihood of Multiple Victimizations? *British Journal of Criminology*, 59(2), 276-295. <https://doi.org/10.1093/bjc/azy036>
- Diniz, D., Brito, L., Rondon, G., & Gumeri, S. (2017). Proteção constitucional à infância e à adolescência: uma crítica à redução da maioridade penal. In A. P. de Andrade & B. A. Machado (Eds.), *Justiça Juvenil. Paradigmas e experiências comparadas* (pp. 95-106). Marcial Pons, Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT).
- Domingues, D. F., & Costa, L. F. (2016). O adolescente em situação de ofensa sexual: proteção e responsabilização para evitar a reincidência. *Psicologia Política*, 16(35), 139-151. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v16n36/v16n36a02.pdf>
- Eastman, O., Craissati, J., & Shaw, J. (2019). Young adult sexual offenders with emerging personality disorders: developmental and offence-related characteristics and treatment engagement. *Journal of sexual aggression*, 25(2), 105-115. <https://doi.org/10.1080/13552600.2018.1551501>
- Henggeler, S. W., Letourneau, E. J., Borduin, C. M., Schewe, P. A., & McCart, M. R. (2009). Mediators of Change for Multisystemic Therapy with Juvenile Sexual Offenders. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 77(3), 451-462. <http://dx.doi.org/10.1037/a0013971>
- Hollander, E. M., & Craig, M. (2013). Working with Sexual Offender via Psychodrama. *Sexual Offender Treatment*, 8(2), 1-15. <http://www.sexual-offender-treatment.org/index.php?id=124&type=123>
- Kettrey, H. H., & Lipsey, M. W. (2018). The effects of specialized treatment on the recidivism of juvenile sex offenders: a systematic review and meta-analysis. *Journal of Experimental Criminology*, 14(3), 361-387. <https://doi.org/10.1007/s11292-018-9329-3>
- Marshall, W. L. (2018). A brief history of psychological theory, research, and treatment with adult male sex offenders. *Current Psychiatry Reports*, 20(8), 1-8. <https://doi.org/10.1007/s11920-018-0920-0>
- Marra, M. M., & Costa, L. F. (2018). Entre a revelação e o atendimento: família e abuso sexual. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(3), 459-475. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.3564>
- McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2012). *Genogramas: Avaliação e intervenção familiar*. Artmed.
- McKillop, N. (2019). Understanding the nature and dimensions of child sexual abuse to inform its prevention. In India, B., Yolande, R., & Patherick, W. (Eds.), *Child Abuse and Neglect* (pp. 241-259). Academic Press.
- Minuchin, S., Nichols, M. P. & Lee, W-Y. (2009). *Famílias e Casais: do sintoma ao sistema*. Artmed.
- Moreno, J. L. (1984). *Psicodrama*. Cultrix.
- Moreno, J. L., & Moreno, Z. T. (2014). *Fundamentos do psicodrama*. Ágora.
- Musicaro, R. M., Spinazzola, J., Arvidson, J., Swaroop, S. R., Grace, L. G., Yarrow, A., Suvak, M. K., & Ford, J. D. (2017). The Complexity of Adaptation to Childhood Polyvictimization in Youth and Young Adults: Recommendations for Multidisciplinary Responders. *Trauma, Violence, & Abuse*, 20(1), 81-98. <https://doi.org/10.1177/1524838017692365>
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F., & Carreteiro, T. C. O. (2012). *Jovens pedem socorro. O adolescente que praticou*

- ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual. Liber Livro. 461–470.  
<https://doi.org/10.1037/vio0000224>
- Pullman, L. E., Leroux, E. J., Motayne, G., & Seto, M. C. (2014). Examining the developmental trajectories of adolescent sexual offenders. *Child Abuse & Neglect*, 38(7), 1249–1258.  
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.03.003>
- Ryan, E. P., & Otonichar, J. M. (2016). Juvenile sex offenders. *Current psychiatry reports*, 18(7), 67.  
<https://doi.org/10.1007/s11920-016-0706-1>
- Said, A. P., & Costa, L. F. (2019). Family Dynamics of Boys Victims of Sexual Abuse. *Paideia*, 29, e2908.  
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-4327e2908>
- Sandvik, M., Nettet, M. B., Berg, A., & Søndena, E. (2017). The Voices of Young Sexual Offenders in Norway: A Qualitative Study. *Open Journal of Social Sciences*, 5, 82-95.  
<https://doi.org/10.4236/jss.2017.52009>
- Seto, M. C., Babchishin, K. M., Pullman, L. E., & McPhail, I. V. (2015). The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: A meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial offenders with child victims. *Clinical Psychology Review*, 39, 42-57.  
<https://doi.org/10.1016/j.cpr.2015.04.001>
- Silva, A. C. G., Fernandez, L. M. M., Sousa, R. G. C., Pereira, V. M., Tavares, A. S., & Costa, L. F. (2021). Avaliação de reincidência de ofensa sexual cometida por adolescentes de 16-18 anos. *Desidades*, 9(31), 188-206.  
<http://dx.doi.org/10.54948/desidades.voi31.41471>
- Sterzing, P. R., Fisher, A. J., & Gartner, R. E. (2019). Familial pathways to polyvictimization for sexual and gender minority adolescents: Microaffirming, microaggressing, violent, and adverse families. *Psychology of Violence*, 9(4), 461–470.  
<https://doi.org/10.1037/vio0000224>
- Stewart, S., Toohey, A., & Lapshina, N. (2020). Childhood maltreatment and risk of harm to self and others: The role of sex and polyvictimization. *International Journal of Child and Adolescent Resilience (IJCAR)*, 7(1), 108-122.  
<https://doi.org/10.7202/1072592ar>
- Tavares, A. S., & Montenegro, N. M. S. (2019). Intervenção Psicossocial com Adolescentes que Cometeram Ofensa Sexual e suas Famílias: O Grupo Multifamiliar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 64, 82-104.  
<https://doi.org/10.38034/nps.v28i64.500>
- Tavares, A. S., Costa, L. F., & Moreira, D. L. (2021). Ofensa sexual cometida por adolescentes jovens/adultos. *Aletheia*, 54(2), 82-94.  
<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/issue/view/363>
- Tavares, A. S., Setubal, C. B., Montenegro, N. M. S., Moreira, D. L., & Costa, L. F. (2020). Atenção ao adolescente/jovem adulto que cometeu ofensa sexual: um problema complexo e interdisciplinar. In E. Lazzarini, M. Maesso, P. Costa, & S. Oliveira (Orgs.), *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea 5* (pp. 393-411). Curitiba: CRV.  
<https://psicc.unb.br/images/livros/LivroPsiCC5.pdf>
- Webster, G. (2018). Psychoanalytic Complex Theory: An Application to the Treatment of Child Sexual Offenders. *Psychoanalytic Psychology*, 35(1), 83-92.  
<http://dx.doi.org/10.1037/pap0000120>
- Wolff, L. D. S., Oliveira, E. S. D., Marra, M. M., & Costa, L. F. (2016). O recurso psicodramático na intervenção com o adulto autor de ofensa sexual. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 24(2), 58-68.  
<http://dx.doi.org/10.15329/2318-0498.20160020>

Worling, J. R., & Langton, C. M. (2016). Treatment of Adolescents Who Have Sexually Offended. In L. Marshall. & W. Marshall (Orgs.), *The Wiley Handbook on the Theories, Assessment, and Treatment of Sexual Offending* (pp. 1245-1263). John Wiley.  
<https://doi.org/10.1002/9781118574003.wattso057>

Yoder, J. R., Hodge, A. I., Ruch, D., & Dillard, R. (2019). Effects of childhood polyvictimization on victimization in juvenile correctional facilities: The mediating role of trauma symptomatology. *Youth violence and juvenile justice*, 17(2), 129-153.  
<https://doi.org/10.1177/1541204018757038>

---

**Dados sobre as autoras:**

- *Andrea Schettino Tavares*: Psicóloga pela Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Psicologia Clínica e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGpsiCC) da UnB, Instituto de Psicologia, Brasília/DF.
- *Liana Fortunato Costa*: Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGpsiCC) da Universidade de Brasília (UnB), Instituto de Psicologia, Brasília/DF.

---

**Declaração de Direito Autoral**

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

---